



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

O Popular

A tragédia da infância no Brasil

Atricon

Atricon presente no lançamento de livro sobre a Primeira Infância do IRB e TCE-GO

Goiás em Cena

Tribunal faz recomendação à Saúde visando aprimorar gestão de hospitais. - Goiás em Cena

Instituto Rui Barbosa

IRB e TCE-GO publicam livro abordando as desigualdades e suas consequências na Primeira Infância

Correio Braziliense Blogs

Livro discute desigualdades na primeira infância e o futuro das crianças brasileiras

A tragédia da infância no Brasil

As desigualdades sociais e econômicas que se originaram da escravidão vêm se perpetuando no Brasil ao longo dos séculos e, nos últimos tempos, agravando-se com a cada vez maior concentração das riquezas nas mãos de uns poucos. E, como isso é conveniente para manutenção do conflito ideológico que racha o País, largas parcelas da população parecem mergulhadas em uma espécie de torpor coletivo, sem condições de reagir às duras condições de sobrevivência a que são submetidas.

Um dos segmentos mais afetados por esse quadro é a criança. Ela sofre com a falta de creches e de vagas na pré-escola e na educação infantil; queda na cobertura vacinal e altas taxas de mortalidade materna e infantil, além de estarrecedores números sobre a violência.

O Instituto Rui Barbosa, a casa do conhecimento e da inovação dos tribunais de contas brasileiros e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás lançam hoje, 27 de fevereiro, a segunda edição do Livro da Primeira Infância. Nele, o vice-presidente da República, o procurador -geral da República, o presidente do Supremo Tribunal Federal e renomados especialistas do Brasil e de renome internacional bradam contra esse estado de coisas e se alinham à defesa dos direitos da primeira infância.

É uma publicação que traz os principais indicadores do Brasil e de cada Estado e informações valiosas para pesquisadores, estudiosos, gestores, formadores de opinião, jornalistas e outros interessados na temática da primeira infância. Para ampliar o alcance desse conhecimento, o IRB e o TCE-GO também disponibilizam o acesso no formato ebook, disponível no site do Tribunal de Contas.

O livro propiciará aos leitores conhecer a atuação dos tribunais de contas e instituições parceiras como o Pacto Nacional pela Primeira Infância, do Conselho Nacional de Justiça, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Comitê Técnico da Primeira Infância (IRB), dentre outras, no esforço para romper o torpor ao qual mencionei e assim, despertar a consciência nacional sobre a seriedade e a gravidade dos problemas da primeira infância, formado por cerca de 18 milhões de crianças no Brasil, mais da metade delas vivendo na pobreza ou na extrema pobreza.

Isso poderá ser visto, por exemplo, nas entrevistas conduzidas por auditores de controle externo de alguns tribunais de contas com mães em situação de vulnerabilidade, em diferentes regiões do País, com as mais variadas peculiaridades, desde regiões remotas da Amazônia, em tribos indígenas ou em favelas das grandes cidades. São depoimentos que revelam as agruras, os desafios e a luta diária para a sobrevivência diária de seus filhos e de todas as famílias com poucos recursos.



Artigos

SOS Ipasgo



Jeovalter Correia

Consultor em gestão pública e ex-presidente do Ipasgo

O Instituto, criado pela arrojada estrutura administrativa implantada em 1962 pelo ex-governador Mauro Borges, deixou de ser um órgão público autárquico e passou a ser um Serviço Social Autônomo (SSA), de natureza privada para atender uma orientação do Tribunal de Contas do Estado, pois as receitas correntes líquidas utilizadas para cálculo de despesas com pessoal do Estado estavam sendo infladas com as contribuições dos servidores para custeio do Ipasgo, o que de fato estava acontecendo, mas a solução proposta não era a única que atendia a recomendação do TCE. A separação das receitas por uma lei específica poderia ser feita, sem prejuízo do seu funcionamento como autarquia.

Desde que foi privatizado, o Ipasgo enfrenta muitas dificuldades de entregar o atendimento que foi prometido pelo governo do Estado quando da tramitação do projeto visando a alteração de sua natureza jurídica, a exemplo de novos procedimentos médicos e medicamentos extras. O atendimento ampliado prometido estava condicionado a que, como um plano de autogestão privado, o Ipasgo Saúde deveria atuar de acordo com as regras da Agência Reguladora de Plano de Saúde Privado - ANS.

Note-se que nesse imbróglio em que se meteu o governo estadual com a privatização do instituto sem planejamento, para atender uma das exigências para o novo Ipasgo Saúde obter o registro na ANS, o Estado que nunca repassou recursos próprios ao antigo IPASGO, em 2024, pela primeira vez, teve que aportar recursos do Tesouro Estadual de mais de R\$ 480 milhões, a título de formação de reservas técnicas e cobertura de déficit financeiro, mas não vai ficar só nisso, para viabilizar os novos planos de saúde do novo Ipasgo nos moldes da agência reguladora, provavelmente, o Estado vai ter que fazer aporte mensal para subsidiar o usuário.

Ocorre que mesmo com a adesão precária à ANS, já que foi realizada por meio de um Termo de Compromisso com prazo de um ano para o seu término, o Ipasgo ao invés de melhorar o atendimento, ficou muito pior porque, além da insatisfação do usuário que leva meses para agendar uma consulta ou exames especializados, agora tem a insatisfação de profissionais de saúde, hospitais, laboratórios e clínicas que prestam serviços e alegam ter dificuldades para receber de forma adequada as suas faturas, o que culminou numa paralisação de advertência desses profissionais de dois dias em meados deste mês.



O caos foi instalado no Ipasgo desde que o sistema de informática foi terceirizado para uma empresa que até agora se mostrou incapaz de programar as funcionalidades necessárias para viabilizar o pagamento aos prestadores ou mesmo para cobrar a coparticipação nos exames e consultas do usuário, o que impõe desgastes e uma perda enorme de receitas ao órgão. Pior que isso, o Ipasgo que já vinha com dificuldades de auditar as contas antes da privatização, por causa da maldadada informatização, está pagando as faturas por média, o que pode causar prejuízo tanto ao plano de saúde como aos prestadores.

O mais grave é que a gestão do instituto, ao invés de apresentar solução para os problemas, substitui os riscos dos compromissos assumidos para tornar o órgão um operador de plano de saúde privado, alegando que não conhece as reivindicações dos prestadores, que não foi comunicada da paralisação e ainda os ameaça com descredenciamentos. Parece até que está esperando uma intervenção da ANS para entregar de vez a nada desprezível carteira de 600 mil vidas para uma operadora de plano de saúde de qualquer. Enfim, o Ipasgo pede socorro!

Cartas

As cartas devem ser enviadas para o e-mail opiniao@populard.com.br ou para o endereço Rua Thomas Edison, quadra 7, Setor Serrinha, Goiânia-GO - CEP 74835-130. O POPULAR se reserva no direito de reduzir, editar e/ou publicar trechos. Cartas desacompanhadas de nome completo, RG, CPF, data de nascimento e endereço serão desconsideradas.

Sugestões à Alego

É como massa de pão, quanto mais bate, mais cresce. Assim sendo, por que protestar se nosso grito de protesto não ecoa nunca? Vamos falar desse modus operandis de consumir verbas do erário público como investimento. Que tal algumas sugestões? Primeiro: já que a nova e suntuosa casa (Alego) se encontra nas proximidades do Estádio Serra Dourada, sugiro seja revertida a nova forma de mantê-lo, passando essa gestão para a Alego Investidora S/A e, assim feito, sejam providenciadas as diligências necessárias à construção de um túnel ligando ambos - Alego e Estádio, facilitando o intercâmbio com seus 5.350 comissionados, onde há espaço necessário para tal e muito mais. Túnel com esteira rolante, como existe no Congresso Nacional.

Segundo: o Autódromo Internacional de Goiânia, também, para melhor aproveitamento daquela monstruosidade, com uso sazonal, quase que obsoleto e com altos custos de manutenção, e, considerando que não está tão distante da Alego, aproveitá-lo como estacionamento da frota dos seus súditos e do diabo a quatro. Acho que suporta.

E para a volta desses usuários motorizados à sede da Alego, que tal a construção de vias aéreas, tipo tirollesa, bondinho como do Pão de Açúcar do Rio de Janeiro, oferecendo além de conforto a apreciação da vista aérea. Eles merecem! De resto, tal investimento tem retorno garantido, para eles, é claro, especificamente na sustentação de campanhas eleitorais e tempo todo e em todos os níveis, e, diga-se de passagem, para as eleições para a Presidência da República em 2026.

EZIO INÁCIO ROSSI
Bela Vista de Goiás-GO

Pesquisas sobre as eleições 2026

Lula ainda não percebeu que o povo brasileiro, incluindo os de baixa renda, hoje é muito melhor informado. Na pesquisa Genial/Quaest, divulgada nesta quarta-feira (26), inclusive no maior reduto eleitoral de Lula, o Nordeste, os entrevistados não aceitam mais as lorotas do presidente, menos ainda essa inflação por culpa do Planalto, que está encarecendo a comida da mesa dos brasileiros. Porém, baque estonteante para Lula, foi em outros Estados, como Goiás, onde a reprovação de Lula, chegou aos 70%. São Paulo (69%), Paraná (68%), Rio Grande do Sul (66%), Rio de Janeiro (64%) e Minas Gerais (63%). E esses índices de queda da popularidade do presidente devem piorar: já que, o problema que motiva essa derrocada nas pesquisas está na condução da política econômica. A inflação continua subindo, como neste mês, de alta de 1,23% e no acumulado de 12 meses foi para 4,96% acima do teto da meta de 4,50%. Assim como a atual taxa Selic, que de 13,25% deve chegar até junho nos 15%. Ou seja, inflação alta, com juros nas alturas.

PAULO PANOSSIAN
São Carlos-SP

A tragédia da infância no Brasil



Edson Ferrari

Conselheiro do TCE-GO e presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância

As desigualdades sociais e econômicas que se originaram da escravidão vêm se perpetuando no Brasil ao longo dos séculos e, nos últimos tempos, agravando-se com a cada vez maior concentração das riquezas nas mãos de uns poucos. E, como isso é conveniente para manutenção do conflito ideológico que racha o País, largas parcelas da população parecem mergulhadas em uma espécie de torpor coletivo, sem condições de reagir às duras condições de sobrevivência a que são submetidas.

Um dos segmentos mais afetados por esse quadro é a criança. Ela sofre com a falta de creches e de vagas na pré-escola e na educação infantil; queda na cobertura vacinal e altas taxas de mortalidade materna e infantil, além de estarrecedores números sobre a violência.

O Instituto Rui Barbosa, a casa do conhecimento e da inovação dos tribunais de contas brasileiros e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás lançam hoje, 27 de fevereiro, a segunda edição do Livro da Primeira Infância. Nele, o vice-presidente da República, o procurador-geral da República, o presidente do Supremo Tribunal Federal e renomados especialistas do Brasil e de renome internacional bradam contra esse estado de coisas e se alinham à defesa dos direitos da primeira infância.

É uma publicação que traz os principais indicadores do Brasil e de cada Estado e informações valiosas

para pesquisadores, estudiosos, gestores, formadores de opinião, jornalistas e outros interessados na temática da primeira infância. Para ampliar o alcance desse conhecimento, o IRB e o TCE-GO também disponibilizam o acesso no formato ebook, disponível no site do Tribunal de Contas.

O livro propiciará aos leitores conhecer a atuação dos tribunais de contas e instituições parceiras como o Pacto Nacional pela Primeira Infância, do Conselho Nacional de Justiça, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Comitê Técnico da Primeira Infância (IRB), dentre outras, no esforço para romper o torpor ao qual mencionamos e assim, despertar a consciência nacional sobre a seriedade e a gravidade dos problemas da primeira infância, formado por cerca de 18 milhões de crianças no Brasil, mais da metade delas vivendo na pobreza ou na extrema pobreza.

Isso poderá ser visto, por exemplo, nas entrevistas conduzidas por auditores de controle externo de alguns tribunais de contas com mães em situação de vulnerabilidade, em diferentes regiões do País, com as mais variadas peculiaridades, desde regiões remotas da Amazônia, em tribos indígenas ou em favelas das grandes cidades. São depoimentos que revelam as agruras, os desafios e a luta diária para a sobrevivência diária de seus filhos e de todas as famílias com poucos recursos.

Atricon presente no lançamento de livro sobre a Primeira Infância do IRB e TCE-GO

O presidente de Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Edilson Silva, reafirmou a prioridade das pautas relacionadas à primeira infância e reforçou que o Sistema TCs está preparado para realizar parcerias que levem ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas a essa parcela da população. A declaração foi feita, nesta quinta-feira (27), durante lançamento do livro "A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades".

De acordo com Edilson Silva, os gestores devem se comprometer com o aperfeiçoamento da rede de proteção à primeira infância, garantindo as condições ideais para o desenvolvimento da criança. "Os Tribunais de Contas devem ser instrumentos de transformação de vidas, auxiliando os gestores no comprometimento com Políticas Públicas que atendam, de fato, às necessidades da população brasileira", disse. "Queremos ampliar nossas parcerias com o Ministério da Educação, que tem tido uma forte atuação nesse tema".

A obra, que está em sua segunda edição, é uma iniciativa do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico da Primeira Infância, e do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

>> Confira galeria de imagens do lançamento

>> Leia o livro "A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades"

O presidente do IRB, Edilberto Pontes, deu início ao evento destacando a relevância da publicação. "É um dia muito feliz. Este livro reflete o compromisso de toda a sociedade em garantir às nossas crianças um começo de vida sem barreiras sociais, econômicas e institucionais intransponíveis. A primeira infância é um período decisivo, pois molda não apenas a trajetória individual, mas também o futuro das nossas comunidades e do país", afirmou.

Edilberto Pontes ressaltou, ainda, o papel dos Tribunais de Contas como agentes de transformação. "O Controle Externo não pode ser um mero espectador das decisões governamentais. Ele deve atuar como indutor de boas práticas, cobrando planejamento, avaliando impactos e assegurando que os investimentos na primeira infância sejam eficazes e efetivos".

O representante institucional da Atricon nos assuntos da Primeira Infância e presidente do Comitê Técnico do IRB para o tema, Edson Ferrari, ressaltou a emoção e a importância do lançamento do livro. "Primeira infância é vida, motivação e amor. Espero que todos documentem suas ações para que possamos construir um legado sólido dessa atuação".

O ministro da Educação, Camilo Santana, elogiou a publicação do livro, destacando a qualidade da obra e sua contribuição para a formulação de Políticas Públicas: "Este livro vai além da apresentação de indicadores. Ele compartilha boas práticas e recomendações que auxiliam gestores, tornando-se uma obra completa e fundamental".

Já o diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB, Saulo Mesquita, destacou a obra como uma contribuição essencial para a pauta das crianças de zero a seis anos de idade e de suas famílias. "Vejo esse livro como um filho e fico feliz por compartilhar essa paternidade com os colegas do Sistema de Controle Externo. Ele traz artigos, estudos e pesquisas que despertam em nós o compromisso de buscar resultados efetivos", comentou.

Membro da Diretoria da Atricon e do IRB, a conselheira Cilene Lago Salomão (TCE-RR) compartilhou as experiências da Corte de Contas na área da Primeira Infância, além da mais recente publicação do Tribunal, uma história em quadrinhos (HQ) que trata da importância da intersetorialidade na elaboração de Políticas Públicas voltadas à Primeira Infância.

Sobre a obra

Com uma abordagem aprofundada, o livro trata das desigualdades que impactam o desenvolvimento das crianças de zero a seis anos e do papel fundamental dos Tribunais de Contas na fiscalização e promoção de Políticas Públicas voltadas a essa fase crucial da vida humana.

A obra inicia com uma análise sobre os impactos das desigualdades sociais na primeira infância, apresentando dados e evidências que demonstram os efeitos do estresse tóxico no desenvolvimento infantil. Em seguida, discute a relação entre pobreza e deficiências nutricionais, enfatizando a importância do acesso à saúde, educação e segurança alimentar. Também aborda o papel dos Tribunais de Contas na fiscalização das políticas públicas voltadas à primeira infância, destacando boas práticas e experiências do Sistema de Controle Externo brasileiro.

O livro conta com artigos escritos por importantes personalidades públicas e acadêmicas, como o Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Luís Roberto Barroso, o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, o Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, além de membros do Sistema Tribunal de Contas e cientistas de renome internacional como James Heckman, Jack Shonkoff e Charles Nelson III. Também há entrevistas, conduzidas por Auditores de Controle Externo, com mães em situação de vulnerabilidade, que retratam a realidade de famílias brasileiras que sobrevivem com poucos recursos.

Ao final, a obra apresenta recomendações para a redução das desigualdades, com estratégias voltadas ao fortalecimento de políticas intersetoriais, investimento em educação infantil, saneamento básico e infraestrutura.

A versão digital do livro "A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades" está disponível para acesso público no site do Instituto Rui Barbosa, consolidando-se como um instrumento essencial para profissionais, gestores e pesquisadores que atuam na promoção dos direitos da Primeira Infância no Brasil.

Com informações do Instituto Rui Barbosa

Tribunal faz recomendação à Saúde visando aprimorar gestão de hospitais. - Goiás em Cena

TCE - Bruno Eduardo Balduino de Souza

Uma representação que alegou irregularidades em concorrência da Secretaria de Estado da Saúde (SES) para a gestão do Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia (Heapa) foi julgada improcedente pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). O processo foi apreciado na sessão plenária finalizada tendo como relator o conselheiro Edson Ferrari.

A representação questionou retificação do edital de chamamento, alegando que as alterações restringiriam o caráter competitivo do certame.

Notificada pelo Tribunal, a SES apresentou suas justificativas, que foram examinadas pela unidade técnica. A conclusão foi uniforme no sentido de que não restaram demonstradas irregularidades capazes de restringir o caráter competitivo da licitação.

Verificou-se, no entanto, uma impropriedade relacionada à não atribuição de pontos para a composição da Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes. Isso motivou o relator a recomendar ao titular da pasta que, em futuros certames, observe a correta atribuição de pontos para a implantação das comissões, sobretudo aquelas de responsabilidade do parceiro privado.

Texto: Antônio Gomes

Publicado em 27/02/2025

IRB e TCE-GO publicam livro abordando as desigualdades e suas consequências na Primeira Infância

O Instituto Serzedello Corrêa (ISC), Escola de Gestão do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília-DF, sediou, nesta quinta-feira (27/02), o evento de lançamento do livro "A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades", reunindo Membros do Sistema de Controle Externo brasileiro, autoridades dos Poderes da República, especialistas e representantes das entidades dedicadas à defesa da Primeira Infância.

A obra, que está em sua segunda edição, é uma iniciativa do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico da Primeira Infância, e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

O Presidente do IRB, Conselheiro Edilberto Pontes, deu início ao evento destacando a relevância da publicação: "Hoje é um dia muito feliz. Este livro reflete o compromisso de toda a sociedade em garantir às nossas crianças um começo de vida sem barreiras sociais, econômicas e institucionais intransponíveis. A primeira infância é um período decisivo, pois molda não apenas a trajetória individual, mas também o futuro das nossas comunidades e do país".

Ele ressaltou ainda o papel dos Tribunais de Contas como agentes de transformação: "O Controle Externo não pode ser um mero espectador das decisões governamentais. Ele deve atuar como indutor de boas práticas, cobrando planejamento, avaliando impactos e assegurando que os investimentos na primeira infância sejam eficazes e efetivos".

Encerrado seu discurso, o Conselheiro Edilberto Pontes enfatizou o chamado para uma atuação conjunta de todo o Sistema de Controle Externo voltada a priorização da Primeira Infância na elaboração das Políticas Públicas. "Que esta obra sirva como um chamado a ação, e que possamos transformar conhecimento em Políticas Públicas concretas, compromisso em resultados efetivos, e acima de tudo, garantir que cada criança independente de sua origem tenha a oportunidade de um futuro digno".

O Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselheiro Edilson Silva, em sua fala reforçou o compromisso do Sistema Tribunais de Contas com a pauta da primeira infância e elogiou a atuação do Ministério da Educação (MEC). "Os Tribunais de Contas devem ser instrumentos de transformação de vidas, auxiliando os gestores no comprometimento com Políticas Públicas que atendam, de fato, às necessidades da população brasileira".

Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB e Membro do TCE-GO, o Conselheiro Edson Ferrari ressaltou a emoção e a importância do tema: "Primeira infância é vida, motivação e amor. Espero que todos documentem suas ações para que possamos construir um legado sólido dessa atuação".

O também Conselheiro da Corte de Contas goiana e Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB, Saulo Mesquita, destacou a obra como uma contribuição essencial para a pauta das crianças de zero a seis anos de idade e de suas famílias. "Vejo esse livro como um filho e fico feliz por compartilhar essa paternidade com os colegas do Sistema de Controle Externo. Ele traz artigos, estudos e pesquisas que despertam em nós o compromisso de buscar resultados efetivos".

Membro da Diretoria do IRB e Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR), Cilene Lago Salomão compartilhou as experiências da Corte de Contas na área da Primeira Infância, além da mais recente publicação do Tribunal, uma história em quadrinhos (HQ) que trata da importância da intersectorialidade na elaboração de Políticas Públicas voltadas à Primeira Infância.

O Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, encerrou a fala das autoridades durante o evento. Ele também elogiou a publicação do livro, destacando a qualidade da obra e sua contribuição para a formulação de Políticas Públicas: "Este livro vai além da apresentação de indicadores. Ele compartilha boas práticas e recomendações que auxiliam gestores, tornando-se uma obra completa e fundamental".

Sobre a obra

Com uma abordagem aprofundada, o livro trata das desigualdades que impactam o desenvolvimento das crianças de zero a seis anos e do papel fundamental dos Tribunais de Contas na fiscalização e promoção de Políticas Públicas voltadas a essa fase crucial da vida humana.

A obra inicia com uma análise sobre os impactos das desigualdades sociais na primeira infância, apresentando dados e evidências que demonstram os efeitos do estresse tóxico no desenvolvimento infantil. Em seguida, discute a relação entre pobreza e deficiências nutricionais, enfatizando a importância do acesso à saúde, educação e segurança alimentar. Também aborda o papel dos Tribunais de Contas na fiscalização das políticas públicas voltadas à primeira infância, destacando boas práticas e experiências do Sistema de Controle Externo brasileiro.

O livro conta com artigos escritos por importantes personalidades públicas e acadêmicas, como o Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Luís Roberto Barroso, o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, o Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, além de membros do Sistema Tribunal de Contas e cientistas de renome internacional como James Heckman, Jack Shonkoff e Charles Nelson III. Também há entrevistas, conduzidas por Auditores de Controle Externo, com mães em situação de vulnerabilidade, que retratam a realidade de famílias brasileiras que sobrevivem com poucos recursos.

Ao final, a obra apresenta recomendações para a redução das desigualdades, com estratégias voltadas ao fortalecimento de políticas intersetoriais, investimento em educação infantil, saneamento básico e infraestrutura.

A versão digital do livro "A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades" está disponível para acesso público no site do Instituto Rui Barbosa, consolidando-se como um instrumento essencial para profissionais, gestores e

pesquisadores que atuam na promoção dos direitos da Primeira Infância no Brasil. Clique [AQUI](#) e leia na íntegra.

Livro discute desigualdades na primeira infância e o futuro das crianças brasileiras

Lançada nesta quinta-feira (27/2) em Brasília, obra reúne artigos de autoridades e especialistas para discutir o futuro das crianças brasileiras e o papel dos Tribunais de Contas na promoção da igualdade

*Fabio Nakashima

A desigualdade na primeira infância e suas consequências para o futuro das crianças brasileiras são o foco do livro *A Primeira Infância e os Tribunais de Contas*, que foi lançado nesta quinta-feira (27/2), em Brasília. A segunda edição da obra é uma iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e reúne artigos de autoridades, especialistas e instituições dedicadas à causa. Assista a gravação da transmissão no link: <https://shre.ink/b9dk> .

Com 271 páginas, o livro aprofunda a análise dos impactos das desigualdades na infância e destaca o papel dos tribunais de contas na disseminação de boas práticas para enfrentar o problema. Além disso, a publicação traz estudos e artigos de organizações como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o Instituto Trata Brasil e a Rede Nacional da Primeira Infância.

Um dos diferenciais da nova edição é a inclusão de entrevistas conduzidas por auditores de controle externo com mães em situação de vulnerabilidade em diferentes regiões do país. Os relatos revelam os desafios diários enfrentados por famílias de baixa renda, abordando temas como acesso a creches, vacinação, saneamento básico, pré-escola, educação infantil, pré-natal e partos cesáreos.

O evento de lançamento ocorreu no Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU), e contou com a participação de nomes do cenário político e acadêmico. Entre os autores dos artigos, estão o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin; o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso; o procurador-geral da República, Paulo Gonet; e o ministro da Educação, Camilo Santana. A obra também traz contribuições de pesquisadores renomados mundialmente, como James Heckman, Jack Shonkoff e Charles Nelson III.

*Estagiário sob a supervisão de Marina Rodrigues